

ção para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:	Descrição	2.016	2.015	23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	222.214	181.928	
	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	-	
		222.214	181.928	
Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente	Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pro-Saúde	Miguel Paulo Duarte Neto Diretor Administrativo	Pedro Campos Braga Diretor Financeiro da Pró-Saúde	Pedro Campos Braga Diretor Geral da Unidade
				Hosano de Lima Saraiva Filho Contador do Hospital - CRC: 010.701/O-0
				Renato Souza de Almeida Contador geral - CRC: SP 218068/O-6

Organização Social de Saude Santa Marcelina - Hospital Municipal Cidade Tiradentes

CNPJ/MF: 60.742.616/0013-01

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Balanco Patrimonial - Em reais				Demonstração do Resultado do Período - Em reais			
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Ativo				Passivo			
Circulante		4.209.774	2.167.022	Circulante		18.197.455	15.069.500
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)		2.606.655	622.924	Fornecedores de bens e serviços		1.811.747	1.119.497
Contas a receber (nota nº 6)		-	200.000	Obrigações trabalhistas (nota nº 11)		3.791.297	3.299.280
Estoques (nota nº 7)		862.270	599.609	Obrigações sociais (nota nº 12)		1.106.845	924.528
Adiantamentos (nota nº 8)		702.335	705.668	Obrigações tributárias (nota nº 13)		686.134	575.386
Outros créditos		7.561	7.055	Férias a pagar		7.629.475	7.052.210
Despesas antecipadas		30.953	31.766	Serviços prestados por terceiros		1.770.442	1.412.043
Não Circulante		11.299.919	8.856.328	Provisão para contingências (nota nº 14)		873.434	142.560
Depósitos judiciais (nota nº 9)		6.792.875	5.126.351	Outras contas a pagar		528.081	543.996
Permanente		4.507.044	3.729.977	Não Circulante		12.407.657	9.936.391
Imobilizado (nota nº 10)		4.507.044	3.729.977	Subvenções e assistências			
Total do Ativo		15.509.693	11.023.350	governamentais a realizar (nota nº 15)		4.794.690	3.758.803
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis				Provisão para contingência (nota nº 14)		832.078	991.372
				Obrigações sociais (nota nº 12)		6.780.889	5.186.216
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis				Total do Passivo + passivo a descoberto		(15.095.419)	(13.982.541)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em reais				Total do Passivo + passivo a descoberto		15.509.693	11.023.350
1. Contexto Operacional: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Casa de Saúde Santa Marcelina, é qualificada como Organização Social de Saúde, de acordo com a Lei Municipal nº 14.132/06, e gestora do Hospital Municipal Cidade Tiradentes em decorrência de Contrato de Gestão nº 002/2007 firmado com a Secretaria Municipal de Saúde - SMS/SP em 28 de maio de 2007 para execução de ações e serviços de saúde. b. Áreas de atuação: O Hospital tem por finalidade atender exclusivamente os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, que são alvo das seguintes ações: 1. Internação Hospitalar; 2. Atendimento a Urgências/Emergências; 3. Serviços de Apoio Terapêutico e Diagnóstico - SADT Externo; 4. Serviço de atendimento domiciliar PROHDOM/Melhor em Casa; 5. Hospital Dia Cirúrgico / Consultas Ambulatoriais /Cirurgias Eletivas. c. Da manutenção: Os recursos econômico-financeiros da OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes são provenientes de: 1. dos recursos previstos no contrato de gestão firmado com a Secretaria Municipal da Saúde - SMS/SP; 2. de doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; 3. de rendimentos de aplicações dos ativos financeiros e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. Os recursos repassados poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se exclusivamente, aos objetivos previstos no Contrato de Gestão. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretora Presidente. 2. Administradora Hospitalar. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a) Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 06/02/2017. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. 3. Principais Práticas Contábeis: Um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Entidade considerando a legislação acima referida e os respectivos normativos contábeis em vigor ao final de cada um dos exercícios ora apresentados, é fornecido a seguir: Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A subvenção recebida para custeio é reconhecida no resultado com base no plano orçamentário do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Uma subvenção não é reconhecida enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. Ativo circulante e não circulante: Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem o saldo em caixa, em depósitos bancários e aplicações financeiras com prazos de vencimento inferior a 90 dias. Estoques: Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado ou o custo de reposição. Créditos a receber: São apresentados ao valor líquido de realização. Imobilizado: Composto dos bens móveis e imóveis recebidos da Secretaria Municipal da Saúde - SMS/SP conforme Termo de Permissão de Uso de 28 de maio de 2007 e dos bens adquiridos com os recursos oriundos do Contrato de Gestão repassado pela Secretaria Municipal da Saúde - SMS/SP, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas consistentes com os exercícios anteriores. Valor de recuperação de ativos ("impairment"): O imobilizado é revisado se forem identificadas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, incorridos até a data do balanço. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Uso de estimativa: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 4. Demonstrativo de Produção (não auditado): Na tabela abaixo demonstramos os dados estáticos de atendimentos realizados pelo Hospital:							

Em 23 de dezembro de 2015 foi assinado Termo Aditivo nº 018/2015 ao Contrato de Gestão nº 002/2007 - NTCSS/SMS processo 2006-0.340.086-4, cujo objeto do aditamento foi a inclusão de metas para cirurgia eletiva; inclusão de recursos para investimentos em equipamentos e prorrogação do prazo de vigência do contrato para 30 de junho de 2016. Após, 30 de junho de 2016, foi firmado o Termo Aditivo nº 019/2016 prorrogando a vigência do referido contrato para o período compreendido entre 30/06/2016 a 31/12/2016, com recursos no montante de R\$ 64.194.540,20 (Sessenta e quatro milhões, cento e noventa e

▶ continuação

quatro mil, quinhentos e quarenta reais e vinte centavos). E, por fim em 01 de novembro de 2016 foi assinado o Termo Aditivo nº 020/2016, que estabeleceu a prorrogação do prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2016 a 30 de junho de 2017, ou até a data do início das atividades decorrentes do contrato de gestão formalizado com a Organização Social vencedora do processo de seleção do chamamento público, assim como o valor mensal de custeio de R\$ 10.884.273,62, para os meses de novembro de 2016 a junho de 2017. **20. Doações Recebidas:** As seguintes doações foram recebidas durante o período:

Descrição	2016	2015
Doações em materiais e medicamentos	527.122	500.944
Total	527.122	500.944

21. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas. Os encargos financeiros apropriados ao resultado estão demonstrados abaixo:

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente - CRASP62410

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A diretoria, O Conselho Econômico e Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes referente ao exercício social encerrado em

Relatórios Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Municipal Cidade Tiradentes em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Situação financeira:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, a Entidade apresentou déficit de R\$ 1.112.878 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, naquela data, o seu passivo total, excedia o seu ativo total em R\$ 15.095.419. A Organização dependerá do repasse de verbas complementares futuras a fim de obter o equilíbrio econômico-financeiro para a manutenção normal de suas operações. **Manutenção do contrato de gestão:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis, que prevê repasses até o mês de julho de 2017, assim posteriormente a esta data, a

Descrição	2016	2015
Despesas financeiras		
Multas	-	13.777
Juros (*)	7.883	215.827
Despesas bancárias	30.884	29.639
Subtotal	38.767	259.243
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	665.753	142.178
Descontos obtidos	34.861	44.923
Juros	7.417	145.136
Subtotal	708.031	332.237
Total Líquido	669.264	72.994

22. Seguros: A OSS Santa Marcelina Hospital Cidade Tiradentes mantém apólices para cobertura de seguros embora no contrato de gestão não es-

teja prevista a exigência e a responsabilidade de manter seguros sobre os bens. **23. Serviços Compartilhados:** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014 foi aprovado o Regulamento de Gestão Corporativa da Área de Tecnologia da Informação e o critério de rateio dos custos e despesas comuns, sendo utilizada a quantidade de leitos. Em função desse rateio foi debitado ao Hospital no período a importância de R\$ 398.865. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2014 foi aprovado o Regulamento de Compartilhamento de Serviço: Laboratório de Patologia Clínica. Por rescisão do contrato com a prestadora destes serviços, os exames laboratoriais da Entidade passaram a ser efetuados pelo Hospital Santa Marcelina de Itaquera. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de julho de 2014 foi aprovada pelo referido Conselho o procedimento e fixado o custo segundo os valores da Tabela SUS acrescido de 20%. De acordo com os exames realizados foi debitado ao Hospital no período a importância de R\$ 2.413.479.

Luis Roberto Teles - Contador - CRC1SP182786/O-8

e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente a aprovação integral e sem ressalvas, dos referidos documentos pela Assembleia Geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Élzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rossato. demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de fevereiro de 2017. **Cokinos & Associados - Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0; Edson José da Silva - Contador - CRC-1SP251.112/O-9 - Registro CVM nº 7.739.**



Quantity Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 04.816.332/0001-08
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores em reais)			Demonstração do Resultado (Em reais)	
ATIVO	dezembro/16	dezembro/15	Exercício	
Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.048,54	7.599,18	2016	2015
Disponibilidades	953,67	141,21	Receitas da Intermediação Financeira	236,90
Bancos	953,67	141,21	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	236,90
Títulos e Valores Mobiliários	2.714,96	3.078,06	Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.427.699,67)
Aplicações em CDB	2.714,96	3.078,06	Resultado de Participações	
Outros Créditos	4.379,91	4.379,91	em Coligadas e Controladas	(1.431.529,55)
Diversos	4.379,91	4.379,91	Outras Receitas e Despesas Operacionais	3.829,88
Permanente	3.617.573,93	4.934.184,21	Resultado Operacional	(1.427.462,77)
Investimentos	3.617.573,93	4.934.184,21	Resultado antes da Tributação	(1.427.462,77)
Participações em Coligadas e Controladas	8.831.574,62	10.263.104,17	sobre o Lucro e Participações	(427,01)
(-) Provisão para Desvalorização	(5.214.000,69)	(5.328.919,96)	Imposto de Renda	(256,21)
Total do Ativo	3.625.622,47	4.941.783,39	Contribuição Social	(1.428.145,99)
			Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	4.028.000
			Nº de Ações	4.028.000
			Lucro / (Prejuízo) Líquido por Ação	(0,35)
			0,06	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Em reais)

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
- Saldos no Início do Período em 31/12/2015	4.028.000,62	-	-	1.063.594,19	(154.050,48)	4.937.544,33
- Outros Eventos	-	-	-	-	114.919,27	114.919,27
Provisão para Desvalorização de Investimento	-	-	-	-	(1.428.145,99)	(1.428.145,99)
- Lucro / (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	(1.428.145,99)	(1.428.145,99)
Destinações: Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31.12.2016	4.028.000,62	-	-	1.063.594,19	(1.467.277,20)	3.624.317,61

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016

Nota 1 - Contexto Operacional: A Sociedade tem como objeto social, a administração de bens próprios; participação em empreendimentos comerciais, inclusive imobiliários; e a participação em outras sociedades como acionista ou cotista. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios de contabilidade emanadas da "Legislação Societária". Com a promulgação em 28 de dezembro de 2007 da Lei nº 11.638, cuja vigência se iniciou a partir de 1º de janeiro de 2008 e, com a Lei nº 11.971, de 28 de maio de 2009, foram introduzidas alterações significativas nos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), visando possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos reguladores em consonância com os padrões inter-

nacionais de contabilidade do IASB - International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade). As alterações introduzidas que impactaram diretamente as demonstrações contábeis foi a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa, o novo critério para registro de Reserva de Capital e obrigatoriedade de destinar ou distribuir o lucro apurado em cada exercício. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações foram: (A) As receitas e despesas incorridas no período estão registradas pelo regime de competência. **Nota 4 - Investimentos:** Refere-se ao investimento realizado na Infinity Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A, avaliada pelo método de equivalência patrimonial em 100%. **Nota 5 - Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$ 4.028.000,62, de propriedade de domiciliados no país e está representado por 4.028.000 ações sendo 1.343.000 ON e 2.685.000 PN.

Sérgio Alves Pessanha - Contador - CRC-RJ-077078/O-2 T-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da **Quantity Empreendimentos e Participações S/A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Quantity Empreendimentos e Participações S/A ("Quantity")**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Quantity Empreendimentos e Participações S/A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Quantity**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sujeitas aos efeitos futuros dos processos judiciais divulgados pela controlada **Infinity Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31.12.2016. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **Quantity** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de

ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Quantity** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Quantity** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Quantity** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos

os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Quantity**. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Quantity**. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Quantity** a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

AUDIPEC - Auditoria e Perícia Contábil S/S - CRC RJ-Nº 0202. Ernesto Patrício Giráldez - Contador CRC-SP Nº 1RJ053076/S - 9

